

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

TRT 10ª REGIÃO

RELATÓRIO DE DESEMPENHO – 2016



SUMÁRIO

I.	INTRODUÇÃO	02
II.	OBJETIVOS DO PLS TRT 10	03
III.	METODOLOGIA	04
IV.	ANÁLISE GERAL	05
V.	RESULTADOS DOS INDICADORES	06
VI.	RESULTADOS DOS PLANOS DE AÇÃO	07
VII.	DESAFIOS	09

ANEXOS

I.	INDICADORES
II.	PLANOS DE AÇÃO – DESEMPENHO 2016

I. INTRODUÇÃO

O Plano de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região foi elaborado em 2016, em cumprimento ao contido na Resolução CNJ nº 201/2015.

O documento foi aprovado por meio da Portaria PRE-DIGER nº 4, de 26 de fevereiro de 2016, e publicado no Portal de Gestão Estratégica.

O PLS TRT 10 é um instrumento de gestão institucional que define práticas de sustentabilidade, de forma integrada e transversal, visando minimizar o impacto socioambiental de suas atividades e a melhoria do gasto de recursos públicos.

Produzido em alinhamento ao Plano Estratégico do Tribunal, o PLS contém objetivos, responsabilidades, metas, ações, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação, de forma a incorporar a sustentabilidade à gestão da Instituição.

Neste Tribunal, o Plano está a cargo do Comitê Gestor constituído pela Portaria da Presidência nº 16, de 31 de julho de 2015, com a atribuição de elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS do TRT10.

O Comitê Gestor, de caráter permanente, é composto pelos titulares das seguintes unidades:

- Secretaria de Administração - SEADM
- Secretaria de Tecnologia da Informação - SETIN
- Coordenadoria de Gestão Estratégica - CDEST
- Coordenadoria de Serviços Gerais - CDSEG
- Núcleo de Licitações - NULIC
- Núcleo de Manutenção e Projetos - NUPRO
- Núcleo de Desenvolvimento de Pessoas - NUDES
- Seção de Responsabilidade Socioambiental - SERSA

Presidido pelo titular da Secretaria de Administração, o Comitê conta com o assessoramento da Seção de Responsabilidade Socioambiental (SERSA) para coordenar o trabalho, analisar e consolidar dos dados.

A construção conjunta do PLS, com a participação das diferentes áreas da Administração, proporcionou oportunidade ímpar de exercitar a visão sistêmica. Os temas contemplados foram: uso eficiente de insumos e materiais; energia elétrica; água e esgoto; gestão de resíduos; qualidade de vida no ambiente de trabalho; contratações sustentáveis; sensibilização e capacitação socioambiental; deslocamento de pessoal, bens e materiais.

II. OBJETIVOS DO PLS

OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes e parâmetros para a coordenação do fluxo de aquisição e desfazimento de materiais, assim como da contratação de serviços, com vistas à incorporação da sustentabilidade à gestão do TRT 10ª Região.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Consolidar, organizar e aprimorar as práticas de responsabilidade socioambiental em curso;
2. Promover o uso racional de recursos naturais e bens públicos;
3. Fomentar a eficiência do gasto público, considerando atributos de sustentabilidade;
4. Estruturar e aperfeiçoar os processos de compras e contratações de serviços, considerando princípios e requisitos de valor ambiental, social e econômico;
5. Incorporar o conceito de sustentabilidade à gestão estratégica e às decisões gerenciais, especialmente na logística de processos e na prática de atos e procedimentos administrativos.

O Plano de Logística Sustentável é uma ferramenta dinâmica que deve ser atualizada permanentemente de forma a retratar a realidade do Tribunal, respeitando suas características.

Em tempos de restrições orçamentárias, a sustentabilidade é um caminho estratégico que pode acelerar a mudança cultural exigida para o enfrentamento da crise.

III. METODOLOGIA

O PLS do TRT 10ª Região foi construído com a colaboração das áreas diretamente responsáveis pelos indicadores ou grupo de indicadores, de forma a promover a reflexão e a definição de estratégias para a gestão dos recursos. As equipes técnicas se encarregaram de propor as ações e informar os dados necessários.

Em atendimento à Resolução CNJ nº 201/2015, o documento aprovado foi publicado no Portal de Gestão Estratégica deste Tribunal, conforme link abaixo:

<http://estrategia.trt10.jus.br/index.php/noticias/item/27-plano-de-logistica-sustentavel>.

Inicialmente reunido em um só processo, o PLS foi desmembrado em expedientes próprios no SEI – Sistema Eletrônico de Informações, por temas, de forma a permitir o acompanhamento e as alterações sofridas ao longo da execução, bem como o cumprimento das etapas previstas.

Atualmente, as áreas encaminham os resultados à Seção de Responsabilidade Socioambiental que os inclui no Sistema Informatizado PLS – JUD, criado pelo Conselho Nacional de Justiça, e em planilhas Excel.

O Sistema de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho - SIGEST - também é utilizado para acompanhar alguns indicadores, estratégicos e gerenciais, conforme Resolução Administrativa nº 91/2015, que instituiu o Plano Estratégico 2015-2020.

IV. ANÁLISE GERAL

O cenário orçamentário vivenciado, em 2016, obrigou a Administração e as Unidades deste Tribunal a reformularem ações, reverem rotinas e até suspenderem algumas atividades programadas para aquele exercício.

Momentos de crise, a despeito dos transtornos, trazem oportunidades de reflexão, amadurecimento e são propulsores de iniciativas inovadoras.

Adoção de novos hábitos, combate ao desperdício, utilização racional de recursos e união de esforços acabam se sobressaindo nessas situações, sendo esse o espírito que norteou as ações de responsabilidade socioambiental.

A convergência de esforços possibilitou o alcance de resultados significativos. No entanto, o envolvimento não ocorreu de forma equânime. Algumas unidades se envolveram mais fortemente, enquanto outras, nem tanto.

A questão da sustentabilidade, apesar dos avanços, ainda é vista de forma fragmentada, prejudicando a compreensão da abrangência e do caráter sistêmico do assunto.

As restrições orçamentárias, ao mesmo tempo em que motivaram o cancelamento de ações, mobilizaram o corpo funcional e favoreceram alguns resultados. Mas, o fator econômico não pode ser o único motivador, sob pena de o consumo voltar a subir em momentos financeiramente mais favoráveis. Compreender que todas ações causam impacto no meio ambiente, na sociedade e no gasto de recursos públicos é fundamental, a fim de possibilitar que simples atitudes diárias se tornem hábitos responsáveis e saudáveis.

Diante disso, e com vistas à incorporação definitiva do tema em todas as atividades do Órgão, será elaborada, a partir de março/2017, proposta de revisão do PLS – TRT 10, com a criação de grupos técnicos por temas, objetivando maior interação, discussão de ações conjuntas ou complementares e construção coletiva de metas. Com isso, acredita-se que resultados serão mais efetivos.

Importante esclarecer que algumas atividades para 2017 já constam do Relatório Consolidado de Ações. Entretanto, a totalidade será informada oportunamente após a discussão nos grupos técnicos e aprovação do Comitê Gestor.

V. RESULTADOS DOS INDICADORES

O PLS do TRT 10ª Região contempla todos os indicadores constantes do Anexo I da Resolução CNJ nº 201/2015, aplicáveis à realidade do Tribunal.

A cada grupo de indicadores foram atribuídos metas e planos de ação pelas áreas especializadas/responsáveis.

A íntegra dos indicadores e dos resultados é apresentada em forma de anexo, observando a ordem da Resolução.

VI. RESULTADOS DOS PLANOS DE AÇÃO

Quando da elaboração do PLS, os gestores delegaram competência às suas equipes técnicas para proporem planos de ações e informarem os dados. Esses mesmos grupos relataram o andamento dessas ações, as iniciativas realizadas em complementação e/ou substituição e as suspensas/canceladas por restrições orçamentárias.

Os dados foram consolidados pela Seção de Responsabilidade Socioambiental, e os planos de ação na totalidade, com os resultados correspondentes, são apresentados em forma de anexo. As atividades não previstas e implementadas foram incluídas e estão em negrito.

Merecem destaque as seguintes iniciativas:

- **CAMPANHA ECONOMIA 10** - A Campanha foi lançada, no dia 02 de junho, e abordou os seguintes temas: consumo de água, energia, papel, copos descartáveis, materiais de expediente e suprimentos de informática. Foram realizadas as seguintes iniciativas: publicação de notícias e banners na intranet, com acesso a dicas e vídeos; encaminhamento de e-mail marketing a magistrados e servidores; escolha do nome da mascote da campanha (Zéconômico); fixação de cartazes/adesivos nas áreas de uso comum e nos banheiros; visita às unidades; distribuição de displays para colocação nos monitores de vídeo, lembrando de desligar o monitor e o computador; afixação de adesivos em elevadores da Sede, com mensagens sobre o consumo de água e energia.

- **CONTRATAÇÕES PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS** – Os gestores da área administrativa do Tribunal participaram de treinamento sobre Compras Públicas com foco em Sustentabilidade, em junho. Na oportunidade, foi iniciada a confecção de minuta de normativo do Cronograma Anual de Aquisições e de Guia Prático para elaboração de Termos de Referência com critérios de sustentabilidade. O material, após a aprovação, será divulgado juntamente com modelos de Termos de Referência.

- **GESTÃO DE RESÍDUOS** – Foi firmado convênio com a Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores do DF e RIDE – REDE ALTERNATIVA, que possibilitou a destinação dos resíduos secos gerados nas dependências deste Tribunal diretamente às cooperativas de catadores de material reciclável. O contrato favorecerá a inclusão social dos catadores, será fonte de renda e minimizará o impacto ambiental. Os resíduos começaram a ser recolhidos no mês de setembro. Diante disso, foi retomada a campanha “Descarte Consciente”, com notícias e dicas na intranet; treinamento para os membros da Comissão de Coleta Seletiva, Fiscais de Contrato, Agentes da Gente e terceirizados das áreas de limpeza e copa; exposição de fotos do lixão e mostra de artesanato. Também foi providenciado o descarte ambientalmente adequado de pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, cartuchos e toners vazios.

- **NORMATIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL** – Foi expedida a Portaria PRE-DIGER Nº 23, de 27 de setembro de 2016, disciplinando a matéria no âmbito

deste Tribunal e definindo as cotas de combustível destinadas a atender ao consumo mensal dos veículos do Tribunal.

○ QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO – A promoção da saúde e a prevenção de doenças são uma preocupação permanente da Administração, que têm embasado e complementado as demais ações de Qualidade de Vida no Trabalho. Em 2016, foi dada continuidade ao Programa de Exames Periódicos, com 737 adesões, retomado o trabalho com o Grupo de Hipertensos, realizada a vacinação contra a gripe e a campanha Outubro Rosa. Foi ainda dado prosseguimento, até junho, aos Programas de Ginástica Laboral e Massagem Expressa, bem como Pilates Solo. A partir de julho, as três últimas ações foram suspensas em função das restrições orçamentárias.

VII. DESAFIOS

- Estabilizar os resultados obtidos em 2016 para que seja assimilada a cultura antidesperdício, o consumo consciente e a responsabilidade com os gastos públicos.
- Manter magistrados, servidores e colaboradores mobilizados, contendo as demandas reprimidas em virtude dos cortes orçamentários e mantendo a sinergia necessária à consolidação da sustentabilidade às rotinas do TRT 10ª Região.
- Construção coletiva de metas e planos de ação para 2017, buscando maior efetividade nos resultados.
- Compreensão da abrangência e do caráter sistêmico do tema.

ANEXOS

